



## **RESISTÊNCIAS: Escravidão e Liberdade em Guarapuava entre os anos de (1860-1888)**

\*MARCELO ALBERTO PINTO

**Resumo:** Este trabalho é parte da pesquisa do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), que visa analisar na historiografia brasileira o processo de escravidão, e seus desdobramentos. Assim trazemos as discussões realizadas até o momento, lançando olhares sobre o processo de resistências e experiências entre escravizados e libertos, com recorte espacial na cidade de Guarapuava Paraná, no período de 1860-1888. Se a lei determinou o fim do tráfico de escravos africanos para o Brasil, o que teria se desenrolar para o processo de abolição da escravatura, procuramos perceber como que essa determinação teve desdobramentos no Paraná, e quais as suas especificidades na Vila de Guarapuava no período.

**Palavras-chave:** Escravidão, Resistências e Novas Perspectivas.

### **Introdução**

No presente artigo, busca-se olhar para a escravização no Brasil, compreendendo os diversos debates que ocorreram na historiografia. Nossos olhares também serão voltados para compreender a escravidão no Paraná, e seu desdobramento, que foi tema de debates na historiografia. A escravidão foi um tema que chamou a atenção de muitos autores, sendo trabalhado em várias abordagens, passando pelo discurso de brandura, econômico e as relações sociais do sujeito escravizado. É nesse viés que o historiador precisa se valendo das fontes, e da utilização de análise crítica perceber como vão sendo construídos os discursos em torno do sistema escravista.

Diante dessas questões, percebemos que a contribuição dos intelectuais que se valeram do tema, não negam elementos como a violência, o inconformismo do escravo. Nessa perspectiva é que, a historiografia permite ao historiador analisar as mais variadas formas de aplicação do sistema escravista, esse olhar crítico permite compreender o lugar em que se fala e seus pares. Por fim analisaremos a historiografia paranaense, portanto é nessa linha que se

---

\* Mestrando em História- Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) - Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – UNICENTRO. Guarapuava, PR-Brasil. Email: prmarceloalberto@hotmail.com



pretende analisar os diálogos historiográficos, também olhando para a cidade de Guarapuava, com isso perceber como ocorreu a escravidão na cidade.

### **Contextualizando o Escravismo na Historiografia**

Lançando um olhar para a segunda metade do século XIX, entende-se que aquele, foi um período de modificações, social e econômica. O Brasil, sob a égide intencional da implantação do capitalismo, evidencia-se a insatisfação e a resistência escrava de maneira revoltosa, apontando os equívocos na sociedade escravista, permeando todo o Brasil colonial, modificando as relações e o modo de produção.

A historiografia brasileira aponta debates variados sobre a escravidão, apresentando autores que se debruçaram em analisar o tema, em linhas que aproximam no que se refere à utilização da força desse sujeito escravizado, mas se distancia, quanto a aplicabilidade do controle, e da relação do senhor com o escravo.

A historiografia apresenta autores que são indispensáveis quando se trata da análise sobre o mundo escravista. Um apresenta o escravo em um mundo paternalista sob o cuidado do seu senhor, essa vai sofrer inúmeras críticas. Rompendo com a ideia de brandura que fora sustentada por muito tempo, porém irá desembocar em outra visão de apresentar o escravo como objeto do sistema econômico, transformando esse indivíduo em simplesmente objeto de captação de recursos, o que significa dizer que, essa coisificação atraiu muitos autores que trabalharam nesse viés. E em última análise o que é sustentado por muitos pesquisadores de história social e cultural, preferem analisar o escravo sustentando-o como um agente social e construtor de sua história.

### **O Tráfico Negreiro**

O tráfico de escravos no transatlântico foi encarado como uma grande ruptura e deslocamento de maneira forçada de pessoas ao longo da história, chegando até meados do século XIX. Quando se fala da imigração, vemos que para cada europeu cerca de quatro africanos haviam atravessado o Atlântico, a partir do século XV, o fluxo de movimentação pelo Atlântico cresce muito, pois é vencida a barreira que impedia o acesso entre outros povos da costa atlântica, que agora se tornou uma grande rota comercial e ligação entre a África, Europa e América.

O numero de imigrantes seja livres e servos, mesmo que por determinado momento, vindos da Europa, não foi suficiente no momento da imigração para atender as necessidades dos trabalhos nas *plantations* que estava em franco desenvolvimento. Aqueles que aqui



chegaram forçados e os aprisionados, como únicos europeus que haviam sido trazidos a força nesse processo de imigração, não atendia a necessidade enquanto contingente para a demanda dos trabalhos. Nesse viés, a escravidão ou mesmo a aplicação de algum tipo de força e coerção, parece ter sido a única maneira que os europeus encontraram para ter maior acesso aos produtos e metais preciosos.

A historiografia brasileira segue em vertentes diferentes, na tentativa de recuperar as heranças do passado escravista, uma coisa em comum encontrada, é a utilização do negro com sua força para movimentar os interesses da Coroa. Para tanto os colonizadores se valem da importação de africanos para fazer funcionar o processo expansionista de Portugal, Kátia Mattoso (1982) analisa o aumento dessa mão-de-obra, assim:

*A segunda metade do século XVI e o século XVII veem o nordeste do Brasil dedicar-se à agricultura canavieira de exportação. Para esta atividade, Bahia e Pernambuco importaram, nas últimas décadas do século, cerca de 30.000 africanos procedentes da costa da Guiné. (MATTOSO, 1982, p53).*

Para a autora, a grande demanda de mão-de-obra aumenta a necessidade de utilização do trabalho escravo, sua análise está voltada para o Nordeste brasileiro e o aumento da produção canavieira de exportação.

O funcionamento e a dinâmica do tráfico vão depender de como vai aumentar a demanda dessa mão-de-obra. Mesmo os produtos de exportação sendo sucedidos por outros, a demanda de escravos não muda, talvez sua configuração modifique, pela necessidade de adaptar-se aos novos modelos desse mercado escravista do momento. Ainda para Kátia Mattoso, outro problema aliado ao mercado escravista, é o seu avanço, para outras regiões do país, voltadas à agricultura, o que vai favorecer a grande circulação de escravos para o interior do Brasil. O tráfico vai romper as relações sociais desse “negro” africano, o que já foi uma situação muito difícil, agora outra se instala, sendo a sua inserção no ambiente escravista no Novo Mundo, um ambiente totalmente hostil.

Mauricio Goulart (1975), afirma que o funcionamento do trabalho escravo nos dois primeiros séculos se concentra estritamente no setor açucareiro. Seguindo a análise de Kátia Mattoso (1982), Goulart observa que a entrada e o controle de escravos africanos se concentram nas duas capitanias:

*Portanto, anualmente, em média, poucos mais de 2 mil por Pernambuco, e 2 mil, no máximo, pela Bahia, quando só essas duas capitanias contavam para a importação, teríamos uma entrada total no Brasil, na primeira metade do século XVII, de cerca de 200 mil negros; ou seja uma renovação de 4 mil por ano. (GOULART, 1975, p113).*



Essa movimentação comercial de africanos para servir o sistema escravista, aguça o interesse de compradores, bem como de fornecedores, segundo Goulart, acaba ocorrendo disputas, e muitos conflitos entre os comerciantes de escravos, figurando nesse contexto principalmente Portugal como principal exportador dessa mão-de-obra até 1640, depois a Inglaterra a França valendo-se também desse mercado e da utilização da força escrava.

Francisco Vidal Luna (2010) sustenta que no processo de transição para a utilização da mão-de-obra escrava, os trabalhos foram compostos “em grande parte por especialistas em determinadas técnicas, principalmente no setor açucareiro” (p39). Isso se deu em grande parte devido muitos escravos comercializados no Brasil, vinham de regiões que possuíam certo avanço para lidar nesse setor, o que leva a substituição do trabalho indígena pelo negro africano. Segundo o autor, o crescente enriquecimento dos senhores de engenho levou a importação de uma grande massa de africanos a partir de 1570, chegando a um expressivo número de cerca de 2 mil escravos somente na capitania de Pernambuco segundo Francisco Vidal Luna. O forte mercado açucareiro no Brasil, mesmo em meio às dificuldades nas negociações, garantiu ao país seu lugar como principal exportador do açúcar, o que aumentou a necessidade de importação de escravos, para dar conta de toda produção e atender o mercado externo.

Manolo florentino (1997), em seu importante trabalho, sobre o tráfico de escravos da África e a cidade do Rio de Janeiro, analisa o processo de importação de africanos, e como ocorre esse processo de comercialização que desemboca no grande aumento da população da cidade do rio de Janeiro. O autor afirma que: “Entre os séculos XVI e XIX, 40% dos quase 10 milhões de africanos importados pelas Américas desembarcaram em portos brasileiros”, (1997, p.23). Em sua observação o autor compreende que toda essa população africana desembarcada no país, exige certa organização, pois para ele isso significava conviver diretamente com africanos. Por um lado temos o continente africano com uma oferta dessa mão-de-obra expansiva, por outro o desmantelamento do sistema feudal europeu, e com isso segundo Manolo Florentino, a cidade do Rio de Janeiro se vale dessa oferta com o crescimento populacional da cidade saltando para 170 mil habitantes, sendo que metade desses eram africanos.

Entre “1796-1808 aportaram no Brasil cerca de 278 navios negreiro, uma média anual de 21 embarcações” (p,48). Florentino sinaliza que esses números contribuíram e muito para a grande expansão do tráfico de escravos naquele período. O tráfico no Atlântico Sul, pode ser encarado especialmente no Brasil, como uma rentável prática, que favoreceu o comércio



colonial, sendo que não foi o único benefício, mas também favorecendo a estruturação do Brasil, utilizando da mão-de-obra escrava.

Alimentado pelo tráfico de pessoas, o sistema escravista se fortalece, ampliando suas bases e se fortalecendo. Luiz Felipe de Alencastro em seu livro *O Trato dos Viventes* (2000), afirma que as duas partes ligadas pelo oceano, se firmam em um objetivo: a exploração de pessoas; é o que vai marcar a estruturação do Brasil colonial. A demanda alta de utilização de escravos faz com que se estabeleçam certos controles de navios negreiros, associado a isso, é estabelecidos tributos por navios, o que muitas vezes são quitados com escravos sendo a moeda de pagamento.

Para Alencastro, esses obstáculos impediram o avanço emergente dessa atividade da Coroa portuguesa, que só retomará o monopólio com a concessão do *Asiento*<sup>1</sup> entre os anos de 1594 a 1640, para o envio de africanos para a América espanhola. Alencastro analisa o desenrolar desse comércio assim:

*No último quartel do século XVI o Brasil desponta como um atraente mercado para os negreiros. Por volta de 1575, haviam ingressado no Brasil somente 10 mil africanos, enquanto a América espanhola – onde as entradas de africanos eram regulares desde 1525 – recebera cerca de 37500. Por seu lado, as ilhas atlânticas (Canárias, Cabo Verde, Madeira, São Tomé) – conectadas aos negreiros desde o fim do século XV – haviam captado mil escravos. Até, os portugueses comercializavam a quase totalidade dos 124 mil africanos deportados para a América. Mas os portos brasileiros só recolhem 40% desse total (ALENCASTRO, 2000, p33).*

O aumento do tráfico entre o Brasil se dá pelo jogo de trocas recíprocas, para vencerem os enclaves que passam a ser amarrados, e os acontecimentos se desenrolam entre as terras africanas e a América portuguesa.

Se por um lado havia um investimento grande no que tange a compra de escravos, por outro lado havia a necessidade dos produtos brasileiros, o que vai desenrolar nas negociações no Atlântico Sul. Para o autor esse comércio passa ser melhor administrado sob a égide do cuidado e do trato dos viventes, o que vai alimentar o capitalismo e à “Pax Lusitana”<sup>2</sup>, quebrando alguns gargalos, e estabelecendo políticas de organização no sistema colonial.

---

<sup>1</sup> Asiento (p,15), é um termo utilizado na história, para designar os comerciantes de escravos, era um acordo entre esses comerciantes, recebiam liberação da coroa espanhola para utilizar a rota comercial ou até mesmo o monopólio de certos produtos. Esses acordos eram e muito lucrativos para o tráfico, motivo esse, que fora concedido pela Espanha o controle do tráfico aos negreiros portugueses.

<sup>2</sup> Pax Lusitana, em consequência dos intensos conflitos contra a Espanha, e da ideia de um império marítimo português, o tema volta em discussão, sob o objeto que seria a transmigração desse império para a cidade do Rio de Janeiro, era um projeto geopolítico de unir as duas margens do Atlântico Sul, que era dominado pela coroa portuguesa, que em sua visão expansionista retorna com o tema da nova Pax Lusitana, mas mantendo a hegemonia marítima portuguesa.



Sabe-se, que o aumento da população brasileira, se deu a partir da entrada do negro. O século XVII pode ser considerado uma era ideológica, sobre a qual se questiona a validade da escravidão indígena, uma vez que os colonos encontraram muita dificuldade na utilização dessa mão de obra. Ronaldo Vainfas<sup>3</sup> (1986) vai afirmar que o cativo africano passará ser legitimado nos discursos dos letrados coloniais. “Verifica-se que a tentativa de resolver o problema da mão-de-obra, aliado ao tipo de força de trabalho a ser utilizada, uma vez que utilizar o indígena, encontrava alguns obstáculos nesse período” (VAINFAS, 1986, p84-100). Esses são alguns elementos que seguramente influenciaram na aceitação da mão de obra escrava, para tentar resolver o problema da força de trabalho.

### **A Escravidão, e as Vertentes Historiográficas.**

Se pegarmos como base a obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*<sup>4</sup>. Na presente obra o autor, vai traçar um caminho que é chamado pela historiografia, como harmonioso na relação escravo e senhor. Porém quando lançamos olhares na configuração dessa sociedade escravista da qual Gilberto Freyre observa, é possível ver desigualdades e a hierarquização de um sistema escravista do Brasil Colônia, o que parece apontar para um tipo de sociedade escravista sem resistência. E se perceber outros autores que sinalizam para uma conjuntura diferente, na qual encontram elementos, que demonstram que não havia um clima só de sujeição, mas também de enfrentamentos.

A obra de Freyre se transforma em algo que desvenda detalhes importantes e até aquele momento não abordado por outros autores. Ao tratar da questão de uma relação harmoniosa, o autor aponta para a “miscigenação”, afirmando ser ela algo que propiciou o desenvolvimento da sociedade brasileira. É claro que vale lembrar que Freyre lança olhar sobre a sociedade pernambucana, o que significa dizer que aquele não pode ser visto como um modelo pré-estabelecido de todo o Brasil, podemos dizer que Freyre foi inovador em seu texto, por tratar do assunto numa linguagem coloquial.

---

<sup>3</sup> O século XVII, foi notadamente um período transitório, em que a mão de obra indígena não atendia os interesses da Coroa, por outro lado ao se valer da mão de obra do “negro”, poderia ser mais vantajoso, principalmente na perspectiva do controle, e por serem mais voltados ao trabalho. VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista do Brasil colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986, p.84-100.

<sup>4</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. 20. ed. São Paulo: Círculo do Livro S. A., 1980. Gilberto Freyre, foi antropólogo, historiador, escritor, pintor, Gilberto de Mello Freyre foi também um dos mais importantes sociólogos do século XX. Tornou-se bacharel em Artes Liberais pela Universidade de Baylor, nos Estados Unidos, e obteve grau de mestre pela Universidade Columbia. Foi professor de Sociologia em universidades de Columbia, Baylor, Oxford, entre outras, recebeu homenagens nos Estados Unidos, França e na Inglaterra.



Se por um lado, entendemos que Gilberto Freyre, analisou a escravidão numa perspectiva harmoniosa entre senhores e escravos, por outro lado, podemos elencar autores que procuraram entender essa sociedade escravizada com outros olhares. Sendo ela, a visão de que o escravo era parte fundamental no desenvolvimento do capital, segundo os autores que defendem essa linha teórica, sustentam que o escravo foi importante na produção e exportação de produtos em larga escala.

Caio Prado Junior (2006), foi um dos responsáveis para embasar o pensamento dessa vertente historiográfica. Estudos foram feitos para perceber o processo de acumulação no Brasil colônia e Império, a análise partia de uma premissa que o escravo seria responsável para a produção em larga escala, sem onerar economicamente o produtor, segundo a pesquisa de Caio Prado Junior, é nesse viés que o trabalho escravo é inserido, ou seja, com uma visão economicista.

Em face do tipo de colonização, segundo Prado Junior, pode ser explicado por meio da economia, e como se dá o desenvolvimento do país. A sociedade que se formava em alguns casos com as atividades agrícolas não obteve muito êxito, pela utilização de mecanismos que já não eram mais úteis, e muitas vezes com a falta de mão de obra suficiente, é que o escravo figura como importante para o desenvolvimento econômico, assim afirma Prado Junior:

*É que realmente a escravidão constituía ainda a mola mestra da vida do país. Nela repousam todas as suas atividades econômicas; e não havia aparentemente substituto possível. Efetivamente, é preciso reconhecer que as condições da época ainda não estavam maduras para abolição imediata do trabalho servil (PRADO JUNIOR, p.143).*

O escravo seria fundante no desenvolvimento econômico do país, era visto como motor para empurrar o desenvolvimento do país, o autor sustenta que o sujeito escravizado, essencial nessa empreitada foi visto como objeto europeu para alavancar a colonização.

A constituição da sociedade naquele período, segundo Caio Prado Junior, não foi capaz de favorecer outro modelo com elementos que fosse diferente da composição vigente que era, a de senhor e de escravo, ou seja, a coisificação do escravo, na análise do autor. Observando os autores que utilizam dos discursos economicistas, percebemos que as críticas se valem pelo tratamento que esses dão à coisificação do escravo negando-lhe sua ação como agente histórico-social.

Jacob Gorender (1992) defende que o escravo fica incapaz de se opor ao sistema, e a sujeição do senhor. O que aponta para a ausência reflexiva e a incapacidade do escravo de agir como um sujeito pensante, o que favorecia e muito o modo de produção e o avanço



econômico de seu senhor, bem como do sistema escravista. Assim afirma o autor: (...) “É, obviamente, também por ser viável do ponto de vista econômico. Mais do que viável, o trabalho era vantajoso na produção em grande escala de gêneros tropicais de exportação e enquanto houvesse áreas de terras férteis apropriáveis” (p, 206). Parece que a própria obra de Gorender, está posto um novo binômio *senhor cruel/escravo rebelde*; para o autor a única forma de o escravo reagir, era através do crime como um ato de rebeldia, esse apontamento parece ir para outro extremo que é da resistência à coisificação, apresentado esse indivíduo como violento, sendo essa a única forma de resistir.

Sob a perspectiva de revisão do pensamento e análise até e então sustentada com base no texto de Freyre, o final da década de 50 e início de 60, vem sustentar a coisificação do escravo, figuram como participantes da escola paulista: Octavio Iani, Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes, que vão fazer crítica a visão de Gilberto Freyre criticando a ideia paternalista, porém segue o viés da teoria da coisificação do escravo, negando-lhe sua capacidade como agente social, negando até mesmo a capacidade de criação de laços como seres humanos. Essa visão descaracteriza, despersonaliza o indivíduo, promovendo a compreensão de que se há um anseio para a liberdade, não havia outro caminho de conseguí-la, senão pela obediência irrestrita e a total sujeição do indivíduo escravizado.

Um grande pensador da Escola Paulista foi Fernando Henrique Cardoso (1962), em sua importante obra *O capitalismo e a Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do rio Grande do Sul*<sup>5</sup>. No entanto o trabalho de Cardoso aponta para a insuficiência do indivíduo escravo, ser capaz de agir por si mesmo ou pensar no modo de sobrevivência o qual estava sujeito, o autor caminha pela linha de defesa do argumento de que o escravizado estava totalmente alienado.

Outra obra de destaque na historiografia brasileira é *Da Senzala à Colônia* da historiadora Emília Viotti da Costa (1966). A autora analisa a transição do trabalho escravo ao trabalho assalariado no decorrer do século XIX, sua análise é utilizada para compreender os moldes sob os quais está assentado o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Na perspectiva da escravidão como força motriz da agricultura, principalmente do produto de exportação que naquele momento era o café, que figurava como principal produto que aumentaria a concentração dos recursos, nas mãos de alguns poucos latifundiários.

---

<sup>5</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Divisão Europeia do Livro, 1962.



A discussão dos autores já citados, passa pela revisão do chamado mito da democracia racial<sup>6</sup>, cujo tema é fortemente combatido e criticado pelos autores que irão seguir a linha da coisificação do escravo. Pois esses autores conhecidos como revisionistas deram um novo tom na perspectiva que aborda a escravidão. Florestan Fernandes (1965) segue nessa linha quando aborda sobre a família escrava, parece que a atividade social do escravo é neutra, assim afirma o autor: (...) “à política central da sociedade senhorial e escravocrata brasileira, que sempre procurou impedir o florescimento da vida social organizada e da família como instituição integrada no seio da população escrava”, (FERNANDES, 1965, p.45), o autor defende que nem tudo estava perdido, porém para Fernandes, esse negro aos poucos toma consciência do seu lugar, porém sua afirmação parece colocar o negro novamente sendo apresentado como subalterno o tempo todo, mesmo querendo relutar contra as imposições.

Já a partir da década de 1980, o enfoque do debate historiográfico, procura analisar o escravizado como agente de transformação e sujeito de sua história, que de um jeito ou de outro procurava formular através da luta, combater regime opressor, vendo o escravizado como parte da construção social de sua época. alguns autores figuram como pertencente a essa nova perspectiva historiográfica, sendo eles Silvia Hunold Lara, José Reis, Robert Slenes, Sidney Chalhoub e Flávio dos Santos Gomes entre outros, são nomes que ocupam certo destaque principalmente na análise do escravo como agente social. As últimas décadas da escravidão negra no Brasil foram alvo de muitas análises, para pesquisadores da história social nos anos de 1980. Os vários estudos que abordam a temática para compreenderem a relação do senhor/escravo, sob a ótica da história social, dão ênfase às diversas estratégias e negociações de ambas as partes, do escravo e mesmo do senhor.

Na obra *Costumes em Comum: Estudo sobre a cultura Popular tradicional* (1991) de Thompson percebemos que o conceito de experiência e de cultura é vivenciado não somente no campo das ideias, mas, como parte integrante da vida cotidiana, assim, incorporando na cultura um sentido concreto. Flávio Jose Gomes (1996) vai nessa linha de compreensão defendendo, o escravizado como aquele que mesmo em meio aos sofrimentos, de alguma maneira procura utilizar das ameaças ao seu favor, como mecanismo de sobrevivência.

---

<sup>6</sup> O conceito de democracia racial foi primeiramente pensado por Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala*. Embora o autor não tivesse utilizado o termo nessa obra, ele defende uma relação amistosa de caráter benevolente dos portugueses, que impediu uma atuação racial mais rígida. Muitos estudos irão afirmar que a ideia de uma democracia racial, seja um mito criado por uma elite branca para ofuscar o racismo impregnado na sociedade. O próprio Florestan Fernandes vai fazer crítica a esse tipo de democracia, afirmando ser uma forma de preconceito de não ter preconceito, o autor critica que o Estado não se esforça o suficiente para combater o racismo.



*Onde houve escravidão houve resistência. E de vários tipos. Mesmo sob ameaça de chicote, o escravo negociava espaços de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho quebrava ferramentas, incendiava plantações, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual e coletivamente (GOMES, p 09).*

O autor sinaliza para um escravizado que faz da violência recebida, uma oportunidade de negociar, o que fica explícito, é a presença da resistência, que é muito diversificada, e que indica a capacidade estratégica desse sujeito escravizado.

Silvia Lara (1988) sustenta que mais do que simplesmente descrever os procedimentos, e se o cativo foi “cruel” ou “suave”, é preciso, e assim afirma a autora: “procuramos penetrar nos mecanismos que lhe deram origem, questionar suas limitações e justificativas e especialmente, recuperar o modo como senhores e escravos viviam e percebiam sua prática” (LARA, 1988, p21). É preciso observar que, estudar essa perspectiva, é recuperar dados, falas, mas que, mesmo fazendo um recorte social do período, é apenas uma visão, porém não a única.

Sidney Chalhoub em seu livro *Visões da Liberdade* (2011), que vai analisar a cidade do rio de Janeiro nas últimas décadas do século XIX. Chalhoub segue o viés do escravo como sujeito de mudança, com base na capacidade desse indivíduo de interferir no tipo de negócio do senhor de escravo, a teia que vai sendo costurada pelo escravizado sinaliza para a mudança na cidade do Rio de Janeiro. As ações desse sujeito irão interferir drasticamente no sistema escravista carioca, mas também irá desembocar em outros lugares, assim afirma o autor:

*(...) Os negros tinham suas próprias concepções sobre o que era o cativo justo, ou pelo menos tolerável: suas relações afetivas mereciam algum tipo de consideração; os castigos físicos precisavam ser moderados e aplicados por motivo justo; havia maneiras mais ou menos estabelecidas de os cativos manifestarem sua opinião no momento decisivo da venda (CHALHOUB, 2011, p.29).*

O autor é importante, na perspectiva, de olhar para o escravizado como agente de transformação, e não um indivíduo cerceado e contido o tempo todo, mas para o autor, é necessário um olhar para ao social.

João José Reis (1989) observa que, a capacidade do escravizado reagir é ampla, e quando se encontra alguma possibilidade vai resistir contra as imposições do sistema escravista. O autor afirma, (...) “Qualquer indicio que revele a capacidade dos escravos, de conquistar espaços ou de ampliá-los segundo seu interesse, deve ser valorizado. Mesmo os aspectos mais ocultos (pela ausência de discursos) podem ser aprendidos através das ações” (p.15). Para José Reis, tanto o escravo, quanto o senhor transigem para conseguirem o que querem um do outro, cada um buscando seus objetivos. Lançando olhares na sociedade



paranaense, procuramos observar como, que a historiografia pontuou, essa que também foi uma sociedade que se valeu do trabalho escravo.

### **Historiografia Paranaense**

De acordo com Ricardo da Costa Campinas (2005), o Paraná ficou constituído por duas cidades, Curitiba e Paranaguá, sete vilas, Guaratuba, Antonina, Morretes, São José dos Pinhais, Príncipe (Lapa), Castro e Guarapuava. Seis freguesias, Capo largo, Palmeira, Ponta Grossa, Jaguariaíva, Tibagi, e Rio Negro, com uma população estimada em cerca de 62.258 habitantes. Ainda para CAMPINAS, a econômica era baseada na pecuária, muares, agricultura de subsistência, comércio local, e extração da erva mate, ainda pela incipiente mudança para o processo de industrialização. A produção historiográfica que dá conta da formação do Paraná e dos Campos Gerais aponta para a utilização do trabalho livre, mas também escravo nas relações sociais de conjuntura econômica, bem como na constituição do Paraná enquanto Estado.

Segundo Fernando Franco Netto (2011), as modificações apontadas demonstra a inserção do trabalho escravo, e também a contradições, e reverses nessa sociedade. Para nossa análise, é preciso perceber a partir das conjunturas sociais e o modelo de sociedade, que foi constituída a partir das relações socioeconômicas, elencadas, e também do modo de produção, que se faz necessário apontar. Maria Cecília Westphalen (1969), em sua análise sobre a constituição do Estado do Paraná, afirma que a formação da população, enquanto sociedade jurídica está classificada entre livres e escravos. Para Maria Cecilia Westphalen, não há ausência de escravos na sociedade paranaense, o que houve foi um silenciamento na historiografia. Houve o arrendamento de escravos em 1867, para as fazendas de café, o que diminuiu a mão de obra escrava no Paraná consideravelmente, o que vai abrir outra frente migratória com o objetivo de preencher a escassez de mão de obra naquele momento.

Fernando Franco Netto (2011) vai analisar o processo de desenvolvimento econômico na formação do Paraná, observando a utilização do escravo e sua relação com o senhor, na formação da riqueza. Para Netto, a ocupação dos campos de Guarapuava, ocorre com a concessão de sesmarias e a utilização do trabalho escravo. Assim afirma o autor: “O trabalho dos escravos se concentrava na atividade principal: a criação do gado vacum e nas invernadas”. (NETTO, 2011, p122).



A contribuição de Octavio Ianni em sua obra *As Metamorfoses do Escravo*, publicado primeiramente em 1962, estudou a transformação do antigo escravo da Região do Paraná, em cidadão no início do século XX. Assim afirma o autor:

*(...) o negro e o mulato, são acepções da mesma categoria do sistema econômico; fornece a mão-de-obra produtora de valores. Mas não é só a sua força de trabalho, que é mercadoria, pois são colocados entre os meios de produção pelos próprios proprietários. (IANNI, 1988, p112).*

Ianni segue a linha da exploração do escravizado, que é utilizado como mercadoria de seu senhor, porém para o autor as relações e o comportamento brasileiro, são influenciados, social e culturalmente com base na sociedade escravista, para ele o escravo estava numa constante luta de classe com seu senhor.

### **A Escravidão em Guarapuava**

A opção no presente trabalho aborda a escravidão no Paraná, com olhares para a cidade de Guarapuava, na qual procuramos perceber, como o tema foi utilizado a partir da discussão com autores na historiografia paranaense. A discussão historiográfica sustenta que em Guarapuava a escravidão não teve tanto destaque, pelo fato de que a quantidade de escravos foi menor como em outros centros escravistas, o que não diminui as tensões ocorridas entre as famílias escravas dessa localidade. No trabalho de Fernando Franco Netto, o autor analisa as questões ligadas à economia do Município de Guarapuava, olhando para o cenário do Brasil naquele momento.

*Por estar na fronteira, Guarapuava é uma dessas aéreas que, no início do século XIX, teve importante papel face a face ao interesse do Governo Imperial em defender seu território de possíveis investidas dos espanhóis e em expandir as fronteiras agrárias. (...) a região é uma das mais importantes do Paraná no fornecimento de gado vacum e muares. (NETTO, 2007, p.35).*

Franco Netto detecta, ainda que essa localidade pudesse ser conhecida como uma região de pequena escravaria, no entanto, a utilização do trabalho escravo é expressiva, e a preocupação dos senhores de escravos era aumentar essa população para o auxílio do trabalho.

Segundo Miriam Hartung (2005), observa que o Paraná provinciano e a região dos Campos Gerais, vivendo o melhor momento do tropeirismo, concentrava aos arredores das fazendas um aglomerado de escravos, índios, negros entre outros. Essas fazendas para autora representava uma grande força produtiva, atendendo quase toda a subsistência dos fazendeiros e de seus agregados. A autora lembra ainda que a população do Paraná se vale do escravo como um braço para o desenvolvimento, sustenta ainda, que o escravizado foi parte



importante na população do Paraná. (HARTUNG, 2005, 148). Fernando Franco Netto ainda observa que “no ano de 1840, os escravos são em número de 95, com 60 homens e 35 mulheres. No período 1828/1840, sua população cresce na ordem de 114%, com taxas anuais geométricas de 6,5%”. (NETTO, 2007, p158).

Ainda que olhemos para a Vila de Guarapuava, com uma proposta microscópica historicamente falando, nos valem da análise de Certeau, que olha para as questões fronteiriças, afirmando, que “é possível perceber que as diferenças, ocorridas, e as resistências, ainda que não possuam tal visibilidade, mesmo sendo micro, é onde se constrói a liberdade de indivíduos”, (CERTEAU, 1998, p 171-172).

Pensando no conceito de Certeau, sobre o espaço praticado, observamos que região, não é a simples definição geográfica, como um discurso totalizante. “É possível pensar região como aqueles espaços em que se aplica; o poder, a resistência, submissão, política social, cultural, simbólico, econômico e solidariedades”, (RODRIGUES, 2015, p57). Portanto a região é o lugar, pensando nesses critérios que a compõem, onde se quebra aquela ideia totalizante de uniformidade, pois aí se instala o conflito, cujas ações criativas, vão contra a subordinação desmedida, que são construídas pela astúcia de indivíduos e pela inter-relação com outros grupos.

### **Considerações Finais**

O caminho que percorremos, sobre o estudo da escravidão de pessoas, também nos move a pensar a região de Guarapuava, que desde sua incipiente ocupação, em específico pela segunda expedição com Diogo Pinto de Azevedo Portugal<sup>7</sup>, fora instituída sobre os caracteres da violência inicialmente com indígenas, na sequência a escravidão africana e seus descendentes.

A trajetória escravista revelou no debate construído até aqui, as relações do senhor e o escravo tidas como uma relação harmoniosa inicialmente. Que fora suplantada pela criatividade da violência, chegando até ao que foi colocada por alguns autores, como a “coisificação” do escravo, que coloca esse indivíduo como alguém incapaz de reações, dando a ele o status de alienado. Por outro lado a discussão nos permitiu observar, que esse sujeito

---

<sup>7</sup> Diogo Pinto havia participado da décima primeira expedição aos Campos de Guarapuava em 1773. Para esse comandante a conquista dos Campos de Guarapuava se resolveria não pelo extermínio, mas pela numerosa expedição, bem equipada e armada. Isso faria com que os indígenas submetessem com pouca ou nenhuma oposição aos expedicionários (MACEDO, 1995, p. 118).



escravizado, foi capaz de articular, e serem participantes e transformadores sociais, a trajetória desse negro escravizado, não pode passar despercebida, pois suas particularidades, foram importantes na construção de redes de sociabilidades, capazes de refazer o caminho da sobrevivência, ligados as lutas e resistências.

Olhar para as redes de sociabilidades entre escravos, a partir dos testamentos e fontes processuais na Vila de Guarapuava, nos oferecem elementos substanciais que mostram as atividades do escravizado naquela região. Podemos afirmar, que mesmo o sujeito escravizado, sendo encarado como “coisa”, e essa, ser ainda uma vertente muito forte, não dá para negar a humanidade do escravizado.

### **Bibliografia**

**CAMPINAS**, Ricardo da Costa. A emancipação política e as alternativas de poder. In: SCORTEGAGNA, Adalberto; REZENDE, Cláudio Joaquim; TRICHES, Rita Inocência (Org.). *Paraná, espaço e memória: diversos olhares, histórico-geográficos*. Curitiba: Bagozzi, 2005, p.130-157.

**CARDOSO**, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Divisão Europeia do Livro, 1962.

**CERTEAU**, *A invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Trad. Epham Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998.

**CHALHOUB**, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

—————, S. **Cidade Febril**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

**FERNANDES**, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes, 1965, v. 1, p117. In GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

**NETTO**, Fernando Franco. **População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX**. Guarapuava:Unicentro, 2007.

—————, Fernando Franco. *Senhores e escravos no Paraná provincial: os padrões de riqueza em Guarapuava. (1850/1880)*. Guarapuava: Unicentro, 2011.

**GOMES**, Flávio dos Santos; REIS, João José (orgs.). **Liberdade por um Fio**. História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

**GORENDER**, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: 6ª ed. Editora Ática 1992.



**GOULART**, Mauricio. *Escravidão africana no Brasil, (Das origens à extinção do tráfico)*. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 3ª edição, 1975.

**HARTUNG**, Miriam. Muito além do céu: escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX. *Topoi*, v.6, n.10, p.143-191, 2005.

**LARA**, Sílvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

**LUNA**, Francisco Vidal. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

**PRADO JUNIOR**, Caio. *História Econômica do Brasil*. 47ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

**REIS**, João José e **SILVA**, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

**THOMPSON**, E. P. **Costumes em Comum**: Estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

**VAINFAS**, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista do Brasil colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986, p.84-100.